

A formação do oficial do Exército Brasileiro no início do século XX: a Missão Indígena na Escola Militar do Realengo (1919-1923)*

The formation of the officer of the Brazilian Army at the beginning of the twentieth century: the Missão Indígena in the Military School of the Realengo (1919-1923)

Rafael Roesler

Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Doutorando e Mestre em História, Política e Bens Culturais pelo CPDOC-FGV. Licenciado em História (UNIRIO). Professor da Academia Militar das Agulhas Negras.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo realizar uma análise da atuação de um grupo de instrutores na Escola Militar do Realengo no período compreendido entre os anos de 1919 e 1923, tomando por objeto as representações feitas por esses sujeitos, do que foi por eles atribuída como “Missão Indígena”. Os efeitos de sua atuação foram marcantes e se fizeram sentir por toda uma geração de oficiais do Exército Brasileiro, que ficou conhecida como a “geração do Realengo”. Embora constantemente lembrada pela historiografia militar, a Missão Indígena ainda foi muito pouco explorada em trabalhos acadêmicos, no que tange ao seu surgimento, à sua atuação na Escola Militar e ao envolvimento de alguns de seus membros no Movimento Tenentista de 1922.

PALAVRAS-CHAVE: Exército Brasileiro; Escola Militar do Realengo; Missão Indígena

ABSTRACT

The purpose of this study is to perform an analysis of the action of a group of instructors in the Military School of Realengo in the period between the years of 1919 and 1923, taking as its object the representations made by these actors, of what they allocated as Indigenous Mission. The effects of their actions were remarkable and they were felt by a whole generation of officers of the Brazilian Army, which became known as the “generation of Realengo”. Although constantly remembered by the military historiography, the Indigenous Mission was still very little exploited in the academic work, in terms of its appearance, its performance in Military School and the involvement of some of its members in the lieutenants’ movement.

KEYWORDS: Brazilian Army; Military School of Realengo; Indigenous Mission

* Artigo recebido em 24 de setembro de 2015 e aprovado para publicação em 25 de outubro de 2016.

O final dos anos 1910 marcou o final do primeiro grande conflito mundial do século XX. Entendida como um dos principais fatores que impulsionou a concretização das reformas sofridas pelo Exército Brasileiro a partir do final da década de 1910, a Primeira Guerra Mundial impactou definitivamente o pensamento dos militares brasileiros, deixando evidente a necessidade de se investir maciçamente na criação de uma política de fortalecimento das instituições de defesa nacional, o que passava, necessariamente, pela modernização e profissionalização do Exército, a fim de aproximá-lo dos modernos Exércitos europeus. Ainda em 1917, um ano antes do término desse grande conflito, o editorial de dezembro da revista *A Defesa Nacional (ADN)* apontava o efeito que esse acontecimento de proporções mundiais poderia causar no País:

Seria uma injustiça atribuir apenas ao *efeito reflexo dos acontecimentos em que nos vimos envolvidos, a mudança radical que a nossa política militar experimentou* dentro de poucos meses. Se as soluções que quase de surpresa foram adotadas não estivessem em elaboração desde longa data, aguardando apenas uma oportunidade, esta obra, de aparente improvisação, não teria sido levada a efeito. Entre nós as coisas se passam de modo inteiramente diferente dos outros países. Não são os discursos, os relatórios, as exposições de motivos que fazem realmente as reformas. Precisamos *estar sempre à espera desses grandes momentos de entusiasmo* para obter quase sem trabalho o que os profissionais, durante anos seguidos, reclamam sem cessar como estado normal da organização dos serviços públicos.¹ (Grifos nossos)

A revista aponta para uma questão fundamental em torno da concretização das reformas pretendidas pelo Exército Brasileiro e pelos entusiastas do nacionalismo no País. Elas somente foram concretizadas graças ao grande “momento de entusiasmo” que a Primeira Grande Guerra gerou.

É fato que problemas em torno da necessidade de reformulação dos regulamentos de ensino e do próprio ensino militar, a fim de se adaptarem à nova realidade dos campos de batalha, eram assuntos há algum tempo amplamente discutidos pela ala reformista do Exército Brasileiro. Entretanto, o acontecimento de um grande conflito mundial serviu para colocar definitivamente no primeiro plano dos problemas nacionais questões como defesa nacional, serviço militar obrigatório e, é claro, a formação da oficialidade brasileira. Como lembra Jehovah Motta, “a história do Exército, na República, divide-se em dois períodos, separados por um marco nítido: o conflito de 1914-1918. [...] Com a guerra, e depois desta, vieram as reformas substanciais de estrutura [...] o ensino militar adquiriu novo tom”².

Dentro das possibilidades de reforma do ensino militar, um assunto que vinha há algum tempo sendo debatido pelos oficiais “progressistas” do Exército era a possibilidade de contratação de uma missão militar estrangeira de instrução que viesse solucionar os problemas de instrução e de ensino da instituição. Com o fim da Primeira Grande Guerra, esse debate intensificou-se, principalmente devido aos novos ensinamentos militares que surgiram a partir desse grande conflito mundial. Não havia, entretanto, um consenso sobre a origem dessa missão militar, prevalecendo as discussões em torno de duas potências europeias: Alemanha e França. Pugnavam por uma missão alemã, por exemplo, os oficiais que estagiaram no Exército alemão entre 1910 e 1912, e que ficaram conhecidos como Jovens Turcos³. Influenciados por tudo que haviam vivenciado durante o estágio, viam o Exército germânico como o mais bem preparado da Europa em termos de equipamento e doutrina⁴. Já, dentre os “francófilos” destacou-se o General Cardoso de Aguiar, Ministro da Guerra do Presidente Delfim Moreira e principal articulador da contratação de uma missão militar que viesse da França⁵. A derrota alemã no primeiro grande conflito mundial inviabilizou a contratação de uma missão militar germânica, favorecendo a contratação de uma missão francesa⁶.

Segundo Fernando Rodrigues⁷, foi ainda no ano de 1918 que o Alto-Comando do Exército daria um passo importante para o processo de modernização do ensino e da organização do Exército. O Ministro da Guerra de Venceslau Brás, General José Caetano de Faria, foi o grande responsável pelo início desse processo, ao mandar abrir novos trâmites para a seleção de um novo quadro de instrutores da Escola Militar do Realengo (EMR). No entanto, para Marcusso⁸, a concretização da formação de um grupo de instrutores para atuarem na Escola Militar do Realengo, às vésperas da chegada da recém-contratada Missão Francesa, tratou-se de um plano muito bem arquitetado por Caetano de Faria, com o apoio de alguns oficiais que serviam em seu gabinete e que faziam parte do grupo dos Jovens Turcos, com o objetivo de realizar as desejadas reformas do ensino militar, sob o modelo germânico. Segundo McCann, o cerne do plano de Faria estava na Escola Militar do Realengo, já que ela “teria por objetivo formar oficiais que, ao receber a sua primeira atribuição, pudessem imediatamente começar a instruir seu pelotão ou sua seção sem se sentir acanhado entre seus colegas de companhia, esquadrão ou bateria”⁹. O autor segue ainda ressaltando que a “instituição educacional central de um Exército é a sua escola preparatória de oficiais. Ela é o molde que plasma as características básicas sobre as quais se constroem o ensino, o treinamento e as experiências posteriores”¹⁰.

É curioso, entretanto, o fato de Faria opor-se, durante o seu ministério, a qualquer missão estrangeira. Temia a criação de vínculos entre o Brasil e uma potência europeia. No seu entendimento um Exército só seria nacional quando possuísse doutrinas, teorias, espírito de corpo e táticas próprias. Tinha dúvidas se a doutrina de guerra adotada para os campos europeus, mais precisamente a guerra de trincheiras, seria aplicável ao cenário da América do Sul¹¹. E, mesmo opondo-se à contratação de uma missão para o Exército Brasileiro como um todo, o General Caetano de Faria já havia preparado o caminho para esse intento quando enviou à França uma missão de observação¹² chefiada pelo General

Napoleão Aché, em fevereiro de 1918, com o objetivo de estudar as inovações tecnológicas ocorridas nos armamentos durante a Primeira Guerra Mundial e comprar material para a instituição.

O fato é que, mesmo sendo a partir de um plano concebido em seu gabinete ou não, a iniciativa do General Caetano de Faria deu origem à formação de um grupo de instrutores que dominou a instrução militar na Escola Militar do Realengo entre os anos de 1919 e 1923.

Em 15 de julho de 1918, por meio do Aviso nº 758, o Ministro da Guerra, General José Caetano de Faria, mandou o Chefe do Departamento do Pessoal da Guerra publicar em Boletim do Exército as instruções para uma prova prática, com a finalidade de selecionar um novo quadro de instrutores e auxiliares de instrutores para a Escola Militar. Colocava, assim, em prática uma mudança já prevista na reforma do ensino militar de 1918¹³.

O *Diário Oficial* de 17 de julho de 1918 publicou na íntegra o texto das “Instruções para a prova prática de instrutores e auxiliares de instrutores da Escola Militar” que regularam o processo de seleção dos novos instrutores da Escola Militar. De caráter iminentemente prático, a prova do concurso dividir-se-ia em três partes: “a) elaboração de um programa de instrução e sua justificação; b) exposição oral de um ponto do programa; c) comando de tropa”¹⁴.

Apesar do que fora divulgado na época por alguns periódicos¹⁵, poucos oficiais, na verdade, se inscreveram no concurso, devido talvez, segundo o Marechal Tristão Araripe¹⁶, “à falta de publicidade e a exiguidade dos prazos para a preparação pessoal nesse processo de seleção tão fora de nossos hábitos”. Em uma época em que a escolha de professores e instrutores era feita através da indicação e pelo favoritismo, uma prática muito comum não só na Escola, mas também no Exército, a realização de um concurso para a seleção de instrutores deve ter causado certa estranheza. McCann destaca que, antes desse concurso, “as nomeações para o corpo docente da escola baseavam-se em favoritismo. O fato de um oficial contemporâneo mais tarde qualificar essa

decisão como um 'serviço corajoso' dá uma ideia do clima em que ela foi tomada"¹⁷.

A turma inicial de instrutores, composta por 13 oficiais, foi nomeada pela Portaria de 5 de dezembro de 1918, do Ministro da Guerra, General Alberto Cardoso de Aguiar, publicada no *Diário Oficial* de 6 de dezembro de 1918: da Infantaria – os Primeiros-Tenentes Eduardo Guedes Alcoforado, Newton de Andrade Cavalcanti, Demerval Peixoto, João Barbosa Leite e o Segundo-Tenente Odylio Denys; da Cavalaria – os Primeiros-Tenentes Euclides de Oliveira Figueiredo, Renato Paquet e Orozimbo Martins Pereira; da Artilharia – o Capitão Epaminondas de Lima e Silva e os Primeiros-Tenentes Luiz Corrêa Lima, Plutarco Caiuby e José Agostinho dos Santos; da Engenharia – os Primeiros-Tenentes José Bentes Monteiro, Mario Ary Pires e Artur Joaquim Panfiro.

É possível encontrar pequenas divergências entre quais foram os militares nomeados na primeira turma de instrutores. Nos breves relatos que fazem sobre o primeiro concurso realizado em 1918, Denys¹⁸ e Araripe¹⁹ citam, ainda, como tendo sido aprovados os Primeiros-Tenentes de Cavalaria Antonio da Silva Rocha e José Carlos Sena de Vasconcelos e os Primeiros-Tenentes de Artilharia Alcio Souto, Gustavo Cordeiro de Farias e Newton Estillac Leal. Segundo Araripe²⁰, os Tenentes Sena de Vasconcelos e Estillac Leal, apesar de terem sido selecionados, não se apresentaram na Escola Militar na data prevista para exercerem as suas funções.

Denys²¹ aponta que todos esses oficiais eram fortemente influenciados pelas orientações de instrução difundidas pelos Jovens Turcos nas páginas de *A Defesa Nacional*. Entretanto, destaca que, do grupo inicial de instrutores aprovados no concurso de 1918, apenas dois oficiais pertenciam ao grupo dos Turcos: o Tenente Euclides Figueiredo e o Capitão Epaminondas de Lima e Silva²².

O grupo de instrutores selecionados que assumiu, na prática, em 1919, toda a estrutura de ensino militar do Exército ficou conhecido como Missão Indígena. Segundo o Marechal Odylio Denys, o nome foi adotado por tratar-se de uma turma de instrutores formada por nacionais e que iniciavam as

suas atividades já na iminência da chegada da Missão Militar Francesa.²³

Para Rodrigues²⁴, o nome adotado para caracterizar esse grupo de instrutores reflete a tentativa de se implantar uma missão militar formada genuinamente por instrutores nacionais e com uma cultura militar própria do Brasil, ainda que a base de sustentação ideológica da Missão apontasse para o ensino militar germânico.

O número de selecionados para a primeira turma não foi suficiente para preencher os claros de instrutores existentes entre 1919 e 1922. Assim, o Estado-Maior do Exército escolheu, nesse período, outros oficiais para exercerem as funções de Instrutor e Auxiliar de Instrutor: da Infantaria – o Capitão Outubrino Pinto Nogueira e os Primeiros-Tenentes José Luiz de Moraes, Mário Travassos Penedo Pedra, Henrique Duffles Teixeira Lott, Victor Cesar da Cunha Cruz, Olimpio Falconiere da Cunha, Filomeno Brandão, Joaquim Vieira de Melo, Onofre Muniz Gomes de Lima, Tristão de Alencar Araripe, Cyro Espírito Santo Cardoso, Hugo Bezerra, Ilídio Rômulo Colônia e Arlindo Maurity da Cunha Menzes; da Cavalaria – o Capitão Milton de Freitas Almeida e os Primeiros-Tenentes Gomes de Paiva, Brasilino Americano Freire e Aristóteles de Souza Dantas; da Artilharia – os Capitães Eduardo Pfeil e Pompeu Horácio da Costa e o Primeiro-Tenente Alvaro Fiuza de Castro; da Engenharia – o Capitão Othon de Oliveira Santos e os Primeiros-Tenentes Luiz Procópio de Souza Pinto, Juarez do Nascimento Távora e Edmundo de Macedo Soares e Silva.²⁵

Os novos instrutores que iniciaram as suas atividades na Escola Militar do Realengo naquele distante janeiro de 1919 tinham, segundo Lauro Trevisan, um "comportamento completamente diferente do que se pode chamar de 'instrutor tradicional'"²⁶. Utilizando amplamente nas instruções os mais modernos manuais traduzidos do alemão pelos Jovens Turcos, como lembra Luna²⁷ e, amparados no novo Regulamento de 1919²⁸, que os impelia a exigir constantemente a "correta atitude pessoal e composta", os jovens instrutores passaram a atuar "em dois planos, o da instrução e o da disciplina", sendo que nos dois "foram

incansáveis no ímpeto e no rigor”. Carregavam a responsabilidade e a honra de terem ingressado no quadro de instrutores da Escola Militar através de concurso e, por isso, atuavam com extrema vibração. Como aponta Jehovah Motta, “entraram na Escola com ares de cruzados, de salvadores”.²⁹

O Marechal Denys, instrutor aprovado no concurso de 1918, destaca que os novos instrutores começaram suas atividades preparando os alunos do terceiro ano para servir-lhes de auxiliares nas instruções. Esses alunos eram nomeados sargenteantes³⁰ e nessas funções prestavam serviços no enquadramento³¹ das turmas, o que lhes proporcionava um aprendizado “como executantes e como instrutores, assim saberiam agir na tropa, com a autoridade e experiência adquirida”³². Sobre essa providência, o Marechal Araripe aponta que foi fácil contar com o entusiasmo desses alunos, já que “a turma declarada Aspirante a Oficial em dezembro de 1919 chegava aos corpos de tropa imbuída de excepcional ardor e conhecedora dos processos práticos de instrução dos Soldados”³³.

Sobre a instrução, o Marechal Denys destaca o alto grau de instrução adquirido pela Escola nos primeiros anos dos novos instrutores da Missão e a admirável disciplina consciente dos alunos. Segundo o Marechal,

Como era de se esperar, a primeira turma de Aspirantes que saiu da Escola, depois dessa remodelação, levou para a tropa esse entusiasmo, sua experiência e seus conhecimentos, muito concorrendo para a uniformidade do Exército, com a observância de novos Regulamentos. As turmas seguintes foram completando o trabalho da anterior.³⁴

É importante destacar a tônica idealista dos relatos do General Tristão de Araripe e do Marechal Odylio Denys, praticamente uma exaltação à Missão Indígena, o que, para Marcusso³⁵, os tornam “mais do que uma simples exposição de fatos memorizados”. Esses dois militares possuem em comum o fato de terem atuado como instrutores da Escola Militar entre os anos de 1919 e 1922.

Em seu relatório anual, é possível perceber o tom de satisfação do Ministro da Guerra Pandiá Calógeras ao abordar a formação da oficialidade brasileira na Escola Militar do Realengo, sob o comando da Missão Indígena. Sobre as transformações ocorridas na Escola Militar após a reforma do ensino de 1919, Calógeras destaca “o entusiasmo dos que ali [na Escola Militar] trabalham” sob “os graus mais apurados da instrução”. Concitava, ainda, o Brasil a estar tranquilo quanto “à eficiência prática do ensino” e “à pureza e à elevação do ideal que anima todos os esforços desenvolvidos por mestres e discentes”³⁶.

Entretanto, a referência ao passado, segundo Michael Pollak³⁷, não serve somente para manter a coesão dos grupos que compõem uma determinada sociedade, mas também definir as oposições irreduzíveis. Ao elegerem-se somente os relatos dos ex-instrutores que participaram ativamente das ações desenvolvidas pela Missão Indígena, correr-se-ia o risco de privilegiar um grupo que, à época, formava o segmento detentor do poder disciplinar na Escola Militar.

Tal fato passaria, então, a conferir pouca visibilidade a outros grupos que também vivenciaram o processo de mudança pelo qual passou essa instituição de ensino militar, fazendo surgir, assim, uma situação inquietante e bastante pertinente: a redução da memória a grupos hegemônicos poderia resultar em uma memória homogeneizada, “enquadrada”³⁸, e que, *a posteriori*, seria consagrada como a história oficial dos espaços de memória e dos grupos que a partir deles construíram as suas representações. Tornou-se fundamental para esta pesquisa, então, o confronto com os relatos memorialísticos de outros instrutores e ex-alunos da instituição.

Um primeiro ponto conflitante nesses relatos é apontado por Trevisan³⁹, quando afirma que não havia, por parte dos alunos, a inteira convicção da necessidade de absorção da mentalidade prussiana que alimentava as reformas do ensino militar. Essa falta de convicção, entretanto, não parecia ser um privilégio dos alunos, somente. O Marechal Henrique Lott, instrutor da EMR em 1920, quando aborda a influência da doutrina alemã na modernização do Exército, aponta o seguinte:

A influência alemã foi pequena porque veio através de alguns oficiais nossos que fizeram estágio na Alemanha, como o Armínio Borba de Moura e o Estevão Leitão de Carvalho. Eles naturalmente trouxeram alguma melhoria, mas eram oficiais de postos inferiores, de forma que com influência limitada. Por isso, a influência alemã não se fez sentir, nem profunda, nem extensamente no Brasil.⁴⁰

Depoimentos como o de Lott permitem enxergar sob outro ângulo a atuação transformadora dos instrutores da Missão Indígena, em relação à influência que ela teria sofrido dos estagiários do Exército alemão e de seu modelo de instrução baseado nos moldes prussianos. Cabe destacar, no entanto, que não havia uma aproximação entre Lott e os Jovens Turcos, bem como a sua passagem pela EMR, que foi muito breve, se resumindo somente ao ano de 1920. Marcusso ressalta que esse tipo de divergência é comum em relatos memorialísticos de indivíduos que ocupavam posições distintas na época de ocorrência dos fatos e, principalmente, quando os relatos foram produzidos⁴¹.

O General Edmundo Macedo Soares e Silva, aluno da EMR entre os anos de 1918 e 1921 e que, quatro meses após finalizar o curso, foi chamado para ser instrutor do Curso de Engenharia, ainda no posto de segundo-tenente, apresenta uma visão diferente de Lott. Macedo Soares afirma que a Missão Indígena foi um desdobramento dos Jovens Turcos e que teria recebido esse nome dos cadetes por tratar-se de uma missão de instrução formada por instrutores brasileiros. Segundo ele, "por influência dos 'jovens turcos' e da Missão Indígena, houve grandes mudanças no ensino da Escola, até então muito teórico"⁴².

Outro relato é o de Juarez Távora. Nomeado instrutor da Escola Militar em 1922, exerceu a função de instrutor por apenas seis meses, pois se envolveu nos acontecimentos de julho daquele mesmo ano, que conduziram a Escola Militar a um novo levante. Porém, relata que nos meses vividos como auxiliar de instrutor não havia lhe sobrado tempo para "distração ou, mesmo

para gozar paz de espírito", já que "além do trabalho excessivo, exigido pela instrução [...] havia as preocupações fermentadas no ambiente político-militar que se criara"⁴³.

Quando aluno do Realengo, Távora sofreu as ações das modificações apresentadas pela reforma do ensino de 1919. A esse respeito lembra que

Além das várias matérias teóricas [...] recebíamos intensa instrução prática, ministrada por oficiais da Arma, selecionados pelo EME [Estado-Maior do Exército], entre os quais cito, com respeito e gratidão, os então capitães José Bentes Monteiro, Mário Ari Pires e Joaquim Artur Pamphiro. [...] Coube-lhes, sem dúvida, o *mérito de darem à instrução das várias Armas, na velha Escola Militar do Realengo, uma tônica de objetividade e renovação que ela nunca dantes tivera*. Mas a conjugação dessa instrução prática, com o acúmulo de matérias teóricas [...] representava *enorme sobrecarga física e mental* para os alunos do 3º ano [...] Disso deveria resultar um fraco preparo técnico para o desempenho de suas funções especializadas, quer na guerra, quer na paz.⁴⁴ (Grifos nossos)

Depoimentos como os de Macedo Soares e Távora são importantes por permitirem visões da atuação da Missão Indígena a partir de um duplo ponto de vista de militares que foram alunos e, posteriormente, ocuparam a posição de instrutores da Missão.

Não só os depoimentos de Távora, como os de outros alunos, que serão vistos a seguir, apontam para a consequência problemática no aumento de carga de instruções práticas na Escola Militar, em decorrência do que preconizavam os regulamentos de ensino da década de 1910, em especial o de 1919, e da atuação da própria Missão Indígena.

O General João Punaro Bley, que anos mais tarde comandaria a Academia Militar das Agulhas Negras, relata a sua primeira impressão ao ingressar na Escola Militar em 1918, um ano antes da chegada dos novos instrutores concursados:

Na verdade, a Escola era um ajuntamento de jovens praticamente entregues aos seus próprios impulsos instintivos, sem qualquer orientação educacional, disciplinar, moral e mesmo militar [...], onde tudo era permitido, cada qual se defendendo como pudesse.⁴⁵

Ao fazer uma rápida análise das turmas egressas da EMR, Punaro Bley afirma que as que cursaram a Escola Militar na década de 1920 foram as que passaram pelas maiores provações. Lembra o general: “enfrentamos o impacto de duas orientações conflitantes, que chamaríamos a velha e a nova ordem, para diferenciá-las”⁴⁶. E descreve a velha ordem que imperava na Escola Militar do Realengo em 1918:

Com aquele pátio tomado por alojamentos; salas de aula fora de sua sede; horários de trabalho e de refeições anacrônicos e desajustados⁴⁷; [...] com a quase totalidade dos seus alunos espalhados por “repúblicas”, e, por isso mesmo, sem condições de fiscalizá-los; [...] o trote campeando livremente, violento e por vezes deprimente [...] Tais deficiências e desconfortos não podiam deixar de contribuir para uma queda sensível de sua disciplina. [...] foi assim que, rapidamente adaptadas ao seu peculiar modo de vida, começamos a enfrentar os percalços da vida militar.⁴⁸

O relato de Bley permite ver os graves problemas de ordem infraestrutural, ideológicos e disciplinares por que passava a Escola Militar. Sobre a instrução militar, lembra que a mesma era “rudimentar e incerta; obrigada a aplicar regulamento novo, improvisando professores, notadamente no currículo de línguas. [...] se pretendia os fins, sem ter os meios”⁴⁹.

No entanto, ao final daquele ano letivo, os alunos começaram a se deparar com algumas “novas fisionomias”, o que indicava um novo acontecimento,

que iria transformar fundamentalmente nossa então filoso-

fia de vida. [...] Era a vanguarda da famosa “Missão Indígena” que surgia, com a finalidade específica de formar um novo tipo de oficial com mentalidade aberta à realidade brasileira, capaz de atuar com eficiência e precisão nas mais variadas formas de luta constituída por uma plêiade de oficiais de escola rigorosamente selecionada em concursos; [...] dedicada e consciente de seus deveres e obrigações; de elevado valor moral e profissional, entusiasta da tarefa de cumprir, iria exercer notável e decisiva influência na nossa formação profissional.⁵⁰

Punaro Bley lembra ainda que, ao regressarem à Escola em março de 1919, os alunos verificaram que “um furacão de substituições havia varrido a velha ordem. [...] cedo passaríamos a compreender que havíamos ingressado em uma nova ordem”⁵¹.

Decisões enérgicas, certas e oportunas emanadas do alto-comando do Exército, reestruturando-lhe novamente o ensino, com predominância do militar; a proibição da dependência indeterminada; a instituição do grau de moral; a mudança do comando, do pessoal de administração, do corpo de instrutores [...] Trabalho e exemplo; restrições de saídas em dias úteis; obrigatoriedade de comparecimento às aulas teóricas; pontualidade de professores e instrutores; comando íntegro e inteiriço, contando com a colaboração leal e dedicada dos órgãos administrativos.⁵²

As mudanças apontadas pelo General Bley, quando se refere à nova ordem que tomou conta da EMR, obviamente estão relacionadas ao Regulamento de 1919 e à constituição de um novo corpo de instrutores, ou seja, a Missão Indígena, o que permite inferir que, na visão desses antigos alunos, a “velha” Escola Militar, aos poucos, ia tomando ares de centro de excelência na formação dos oficiais do Exército Brasileiro.

O ex-aluno João Alberto Lins de Barros, que frequentou a EMR entre 1919 e 1922, ao descrever a rotina da Escola, aponta o rigor com que era desenvolvida a instrução prática diária: “os exercícios práticos, algumas vezes de extrema violência, como as corridas a pé de mais de um quilômetro, com fortes obstáculos que deveríamos transpor completamente equipados, estendiam-se até às dez horas”⁵³.

O General Bley destaca que o rigor dos exercícios práticos somado ao aumento das punições disciplinares, que quase sempre resultavam em prisão, resultou em um “grande golpe psicológico inflexivelmente executado”⁵⁴.

Sobre o rigor com a disciplina, Bley aponta que “o verbo ‘torrar’, ou seja, punir, começou a ser conjugado em todos os tempos, gêneros, modos e pessoas”⁵⁵.

Atuando tanto como instrutores como disciplinadores, os oficiais da Missão Índigena foram incansáveis no ímpeto e no rigor. O Regulamento de 1919 servira-lhes de cartilha, seguindo-o, segundo Motta⁵⁶, com extrema fidelidade.

Sobre o aumento das punições disciplinares, citado por Bley, este foi bastante significativo, na medida em que o número de cadetes punidos cresceu consideravelmente de 1918 para 1919 e anos subsequentes. Quase que diariamente, os boletins escolares apresentavam um grande número de alunos punidos disciplinarmente, o que corrobora os relatos de Punaro Bley sobre o rigorismo dos novos instrutores quanto à parte disciplinar. Os motivos eram os mais variados e iam de faltas corriqueiras, como chegar com atraso à instrução, formaturas ou rancho, até as mais graves, como participar de brigas na cidade ou bonde, confrontar a autoridade de um instrutor ou, até mesmo, ausentar-se da Escola estando punido.

A punição mais comum, presente diariamente nas páginas dos boletins, era a prisão, aplicada nos casos mais graves, principalmente quando as transgressões ultrapassavam a esfera disciplinar e atentavam contra o que prescrevia o Regulamento da Instrução e dos Serviços Gerais (RISG)⁵⁷. Existiam, ainda, os impedimentos e as detenções, situações essas em que o aluno

não poderia se ausentar dos alojamentos ou da área interna da Escola. Esses tipos de punições aplicavam-se aos casos mais brandos de transgressão disciplinar.

Também houve um aumento considerável das dispensas médicas concedidas a alunos, principalmente por ocasião dos exercícios práticos. Ainda que não esteja claro nos relatos dos ex-alunos analisados nesta pesquisa, parece evidente que o aumento da presença de alunos nas visitas médicas, a fim de conseguir uma dispensa, tratou-se de um artifício bastante utilizado e eficaz diante do rigorismo com que se desenvolviam as atividades práticas, segundo os depoimentos anteriormente.

O rigor com que eram conduzidas as instruções práticas e suas consequências geraram comentários que extrapolaram os muros da Escola Militar, como esta nota publicada na edição do jornal carioca *O Imparcial*⁵⁸, de 2 de junho de 1919, que, em tom de crítica, ressaltava o pouco rendimento dos alunos da EMR nas aulas teóricas:

O sono na Escola Militar. Falamos, há dias, de um fato curioso, que foi observado este ano na Escola Militar, depois que entrou em vigor o famoso regimento interno dos “jovens turcos”.

Notaram os professores que os alunos apareciam nas classes, para as aulas teóricas, cheios de sono, cochilando, com o semblante abatido e dando todos os sinais evidentes de um grande e inexplicável cansaço, que os impossibilitava por completo de acompanhar a lição.

Dissemos que esse sono era devido aos longos e fastidiosos exercícios militares, a que são sujeitos, durante três horas, todos os alunos da Escola; na verdade, porém, não só esses exercícios fatigam os aspirantes, como também o tempo que eles têm para dormir é muito pouco, resultando desse fato a explicação clara para a sonolência invencível que se apodera das classes.

Parece incrível, mas a verdade é muito simples. Na Escola Militar um aluno dorme apenas 6 horas

por dia, e como é obrigado a completar as 8 que o seu organismo exige, vão se desferrar nas aulas, dormindo e roncando assombrosamente sobre as carteiras.

Segundo nos contaram, depois das aulas do Tenente Pio Borges, o corneteiro, para acordar os alunos do 1º ano, toca, com toda a força, a alvorada.⁵⁹

A nota sem autoria publicada em *O Imparcial* gerou uma reação imediata do comando do Corpo de Alunos que, no Boletim Escolar do mesmo dia, daria a sua resposta:

Horas de exercícios

Visto que, por mais de uma vez, tem este comando procurado conhecer do grau de cansaço dos alunos, cansaço resultante da duração dos trabalhos desta Escola, e as informações que lhe hão chegado ao conhecimento deixam fora de dúvida não existe semelhante cansaço porque as horas labores escolares com os momentos de repouso se reduzem a 6 e como de quando em quando, consoante o que se lê no *Imparcial* de hoje, aparecem notas da imprensa condenando o excesso de exercícios consignados no programa desta Escola, determina-me sejam com urgência submetidas as reclamações que o caso porventura possa ocasionar.⁶⁰

O General José Machado Lopes, que frequentou a Escola Militar do Realengo entre os anos de 1918 e 1922, destaca a figura do Coronel Eduardo Monteiro de Barros, comandante da Escola à época da Missão Indígena. Para ele, o Coronel Monteiro de Barros foi o grande moralizador da Escola. Ao assumir o comando da instituição em 1919, teria expulsado, segundo Lopes, mais de 100 alunos por indisciplina.

Os relatos apresentados anteriormente deixam transparecer claramente a existência de duas impressões diametralmente opostas em relação à aceitação e à atuação dos instrutores da Missão Indígena. De um lado, para além do simples relato de fatos vividos e rememorados, encontra-se a tônica

idealista com que é apresentada a atuação da Missão Indígena, sob a ótica de ex-instrutores como Odylio Denys e Tristão de Araripe. De outro, a memória, trazida à tona, das dificuldades enfrentadas com as instruções práticas e do rigor imposto pelos novos instrutores, o que estabeleceu na Escola uma nova ordem, o que é evidenciado no discurso tanto de ex-instrutores, como Lott, quanto de ex-alunos, como Punaro Bley, Lins de Barros e Machado Lopes.

Mesmo que existam diferenças, a experiência vivida coletivamente e marcada simbolicamente por ritos de passagem como o "trote", os exames, a escolha de Arma, os exercícios no campo e a formatura, incutia nos alunos, e porque não considerar nos instrutores também, um forte sentimento de pertencimento à instituição Exército Brasileiro e à turma, aqui caracterizada como a "Geração do Realengo". Nesse processo de transformação de adolescentes em jovens oficiais profissionais do Exército, a Escola Militar desempenhou, e sua herdeira ainda desempenha, um papel fundamental que é, além de transmitir aos alunos os saberes específicos da ciência militar, incutir-lhes o "espírito militar"⁶¹.

Por fim, cabe tecer breves considerações sobre o fim da Missão Indígena.

Todo o trabalho renovar implementado na Escola Militar terminaria na madrugada de 5 de julho de 1922. Nesse dia, a Escola do Realengo declarou-se em revolta, solidarizando-se com os revoltosos do Forte de Copacabana. Novamente a política⁶² atravessava os muros da velha Escola Militar e a atribulada disputa eleitoral de 1922 acabaria por mobilizar as expectativas dos jovens alunos e instrutores da instituição. A derrota de Nilo Peçanha para o candidato da situação, Artur Bernardes, além de ter sido muito mal recebida, só fez aumentar o descrédito desses quadros da Escola para com as instituições vigentes. A questão foi abordada assim por Cordeiro de Farias:

Pessoalmente, eu senti frustrados os meus propósitos de participar da política pelas vias normais, através do processo eleitoral e do voto. Os militares se sentiram

muito mal. A oficialidade jovem, como eu, ficou inconformada com a derrota, mais uma vez fruto dos velhos arranjos da política oligárquica. Concluímos que a situação precisava mudar.⁶³

A rebelião da Escola Militar durou apenas algumas horas, já que, segundo Motta, na manhã daquele mesmo dia a Escola, derrotada, regressou ao seu quartelamento.⁶⁴

Segundo o que apontam Jehovah Motta e Lauro Trevisan, a participação na revolta de 1922 foi uma consequência dos problemas internos por que passava o Corpo de Alunos da EMR, do rigor e dos excessos disciplinares dos instrutores da Missão Indígena. Na visão de Trevisan, não havia, por parte dos alunos, a inteira convicção da necessidade de absorção da mentalidade prussiana que alimentava as reformas do ensino militar.⁶⁵

Já para Eduardo Svartman, a política nunca esteve afastada dos alunos do Realengo. Para ele, a Escola Militar reverberava parte das crises e da efervescência política dos anos 1920. Porém, mais do que simplesmente reproduzir o que se passava no exterior de seus muros, a Escola era um espaço politizado no qual os alunos alimentavam visões críticas à Primeira República e, enquanto profissionais das armas, cultivavam disposições para agir na esfera política⁶⁶. Esse efeito indesejado da formação profissional, segundo Svartman, pode ser compreendido em parte quando se observa o quadro político da época. No entanto, é necessário ater-se, também, aos referenciais simbólicos que povoavam a formação da nova oficialidade, dentre eles está a permanência do positivismo nas salas de aula da Escola Militar, mesmo após a saída da Praia Vermelha.⁶⁷

O General José Campos de Aragão, que foi aluno no Realengo quando a Missão Francesa já havia se consolidado na Escola Militar, lembra que, mesmo passado tanto tempo, o positivismo ainda se fazia sentir entre alunos e professores. Segundo Campos de Aragão, as aulas de geometria do primeiro ano ainda eram o espaço utilizado pelos professores para fazerem citações de Comte, o que deixava os alunos completa-

mente magnetizados, fazendo-os incorporarem ao seu vocabulário chavões da filosofia positivista.⁶⁸

Relatos como o de Campos de Aragão indicam a permanência da influência positivista na Escola, mesmo que em um contexto bastante diferente daquele em que se deu a instauração da República. Entretanto, essas referências reavivam na memória da "Geração do Realengo" o ativismo político de seus predecessores da Praia Vermelha e criam uma autoimagem de moralmente superiores ao governo oligárquico que governava o País.

Para Campos de Aragão, a continuidade do ativismo político dos alunos e do sentimento que os mobilizava parecia ser bastante clara: "Os reflexos de 1889 iluminaram o clima de rebeldia de 1922. A Escola do Realengo herdara, em toda a plenitude, a consciência da Praia Vermelha"⁶⁹.

As ações que assombraram a Escola Militar em 1922 marcariam o desaparecimento da Missão Indígena. A exclusão da quase totalidade dos alunos da Escola⁷⁰, a substituição do comando e o afastamento imediato de todos os instrutores que tivessem vínculo com a Missão Indígena⁷¹ foram algumas das providências tomadas após o desastroso evento de 5 de julho. Esses acontecimentos, como bem aponta Rodrigues⁷², facilitariam a aceitação da presença na Escola da Missão Militar Francesa em 1924.

Ainda em 1923, o General Setembrino de Carvalho, sucessor de Calógeras na pasta da Guerra, assim se manifestaria sobre a necessidade de novas reformas no ensino da Escola Militar:

Urge fazer a reforma do ensino na Escola Militar.

Todos sentem que o plano atual está positivamente abaixo das exigências da cultura geral que deve ter um oficial para o cabal desempenho das funções que lhe incumbem, como educador, como instrutor, como juiz eventualmente como homem publico, e, até, como homem de sociedade.

É fora de dúvida que um oficial que se destina aos altos postos não pode estar estritamente encerrado dentro no horizonte das

coisas da profissão, de todo em todo alheio aos progressos da vida do país em todos os seus aspectos, e, por isso mesmo, com uma visão falsa dos valores da comunidade social.⁷³ [sic]

O rompimento brusco da ordem, ocasionado pelos eventos de julho de 1922, envolvendo em grande número o corpo discente da Escola, encontra ecos, ainda, no pensamento de Halbwachs, quando este afirma que

um acontecimento realmente grave sempre causa uma mudança nas relações do grupo com o lugar, seja porque modifique o grupo [...] seja porque modifique o lugar [...] A partir desse momento, não será mais exatamente o mesmo grupo, nem a mesma memória coletiva; mas, ao mesmo tempo, o ambiente material não será mais o mesmo.⁷⁴

Estava, assim, aberto o caminho para a entrada da Missão Militar Francesa (MMF) na Escola Militar do Realengo, ocupando o lugar que ficara vago com o término da Missão Indígena. Juntamente com a MMF, chegaria à Escola a nova reforma do ensino militar⁷⁵, que voltava a equilibrar os ensinamentos teórico e prático.

As discussões acerca da modernização da formação dos oficiais e as diver-

sas reformas que marcaram o início do século XX, principalmente as implementadas entre 1913 e 1924, atestam o esforço despendido pelo Ministério da Guerra, conjuntamente com o Estado-Maior do Exército e os quadros progressistas da oficialidade do Exército, destacando-se a participação intensa da jovem oficialidade, para tentar se instituir um ensino militar mais voltado para a prática, cujos currículos estivessem alinhados com o que havia de mais moderno em termos técnicos e táticos no mundo.

Ainda pouco estudada no meio acadêmico, a Missão Indígena pode ser considerada um marco desse esforço profissionalizante e modernizador. Ao privilegiar o ensino prático sobre o teórico, caracterizou-se pela disciplina rígida e pela intensidade da atuação de seu quadro de instrutores, o que talvez tenha contribuído para o seu desaparecimento, haja vista o envolvimento de alunos e instrutores da Escola Militar do Realengo nas ações de 5 de julho de 1922.

Não há como negar que a geração que se formou no Realengo caracterizou-se tanto pelo rigorismo e profissionalismo como pela predisposição ao envolvimento na vida política do País, vindo a compor, ainda, nas décadas subsequentes, as lideranças de alguns movimentos importantes para a vida política da República brasileira.

¹ *A Defesa Nacional*, dez. 1917, p. 96

² MOTTA, Jehovah. *Formação do oficial do Exército: currículos e regimes na Academia Militar, 1810-1944*. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2001. p. 218.

³ Em 1910, através de seleção realizada pelo Ministro da Guerra José Bernardino Bormann, um grupo de oficiais partiu para a Alemanha para um estágio de dois anos naquele que, à época, era considerado um dos melhores Exércitos do mundo. Ao retornarem ao Brasil, passaram a envidar esforços para modernizar e profissionalizar o Exército. Em 1913, um grupo desses militares, acrescidos de outros jovens oficiais que comungavam dos mesmos ideais, mas que não haviam estagiado no exterior, fundaram a revista *A Defesa Nacional*, uma revista de assuntos militares. Ela tinha a finalidade de divulgar seus projetos reformistas. O discurso propagado pelo grupo era de crítica à situação vivenciada pelo Exército à época e de apelo à reorganização da Instituição. Devido à maneira incisiva como se expressavam, esses oficiais receberam a alcunha de "Jovens Turcos", uma alusão pejorativa criada pelos seus opositores e que os comparavam com os jovens oficiais turcos que, a exemplo deles, também haviam estagiado na Alemanha e, ao retornarem à Turquia, participaram das lutas pela modernização e reconstrução daquele país ao lado de Mustafá Kemal, em 1923.

⁴ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *O Desenvolvimento do Exército e as relações militares entre Brasil e Alemanha (1889-1920)*. 2011. 250 f. Tese (Doutorado em História Social) – Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011. p. 17-18

⁵ McCANN, Frank D. *Soldados da pátria*. São Paulo: BIBLIEX, 2009. p. 258

⁶ O Decreto nº 3.742, de 28 de maio de 1919, autorizou o Governo do Brasil a contratar na França uma missão militar para fins de instrução. Em 8 de setembro do mesmo ano, ocorreu a assinatura do contrato que possibilitou o desembarque, em março de 1920, na cidade do Rio de Janeiro, dos primeiros instrutores franceses, chefiados pelo General Maurice Gamelin. A Missão Militar Francesa ficaria incumbida principalmente da direção da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Escola de Intendência e da Escola de Veterinária, além de comandar a Escola Superior de Guerra (Escola de Estado-Maior). Entretanto, tardaria a entrar na Escola Militar. Cf. RODRIGUES, Fernando. *Indesejáveis*: instituição, pensamento político e formação profissional dos oficiais do Exército Brasileiro (1905-1946). Jundiá: Paco, 2010. p. 107-109.

⁷ RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 100.

⁸ MARCUSSO, Marcus Fernandes. *A Escola Militar do Realengo e a formação do oficial do Exército Brasileiro (1904-1929)*. 2012.226 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 2012. p. 123

⁹ McCANN, Frank D. *Op. cit.*, p. 248.

¹⁰ McCANN, Frank D. *Op. cit.*, p. 249.

¹¹ Para Caetano de Faria, os grandes espaços e a população dispersa mantinham os Exércitos nacionais distantes uns dos outros, o que tornaria ineficaz uma guerra de trincheiras nos pampas do Rio da Prata ou nas onduladas pradarias gaúchas. Cf. McCANN, Frank D. *Op. cit.*, p. 255-257.

¹² O Aviso Ministerial Reservado nº 994, de 21 de dezembro de 1917, criou a Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França e nomeou seus membros. Durante a sua estada em território francês, os oficiais que fizeram parte da missão tiveram a oportunidade de integrar unidades de combate do Exército francês e realizar estágios em diversas escolas militares, o que lhes possibilitou a atualização dos conhecimentos doutrinários relativos às suas especialidades. Esses oficiais, membros da Comissão de Estudos de Operações e Aquisição de Material na França, contribuíram de maneira significativa para o julgamento e a análise que instruíram, mais tarde, a contratação da Missão Militar Francesa. Cf. RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 107-108.

¹³ O Decreto 12.977, de 24 de abril de 1918, em seu Art. 99, previa, para a nomeação de instrutores ou auxiliares da Escola Militar, a exigência de uma prova prática, cujo programa e modo de realização deveriam ficar a cargo do Estado-Maior do Exército.

¹⁴ Relatório do Ministério da Guerra, 1918, p. 140.

¹⁵ O editorial do mês de setembro de 1918 de *A Defesa Nacional*, por exemplo, exaltava o grande êxito das inscrições para o concurso de instrutores e auxiliares na Escola Militar.

¹⁶ ARARIPE, Tristão de Alencar. A Missão Indígena na Escola Militar do Realengo. *Revista do Instituto de História e Geografia Militar do Brasil*, v. 31, n. 44, 1963, p. 17-25.

¹⁷ McCANN, Frank D. *Op. cit.*, p. 251.

¹⁸ DENYS, Odylio. Renovação do Exército – Missão Indígena. *A Defesa Nacional*, n. 718, mar/abr 1985. p. 15

¹⁹ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Op. cit.*, p. 21

²⁰ *Ibidem*.

²¹ DENYS, Odylio. *Op. cit.*, p. 15.

²² Essa informação vai de encontro ao apontamento de Trevisan, de que todos os oficiais que haviam estagiado no Exército alemão participaram do primeiro concurso para instrutores, vindo a dominar, posteriormente, o quadro de docentes da Escola Militar do Realengo. Cf. TREVISAN, Lauro. *Obsessões patrióticas*: origens e projetos de duas escolas de pensamento político do Exército Brasileiro. Rio de Janeiro: BIBLIX, 2011. p. 135.

²³ DENYS, Odylio. *Op. cit.*, p. 17.

²⁴ RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 100.

²⁵ Cf. DENYS, Odylio. *Op. cit.* e ARARIPE, Tristão de Alencar. *Op. cit.*

²⁶ TREVISAN, Lauro. *Op. cit.*, p. 138

²⁷ LUNA, Cristina Monteiro de Andrada. *Op. cit.*, p. 233.

²⁸ As proposições apresentadas no Regulamento para as Escolas Militares de 1919 permitem inferir a posição de destaque que a instrução prática assumiu na Escola Militar do Realengo, o que a transformou, segundo Motta (*Op. cit.*, p.264) em "uma escola moldada segundo padrões nitidamente militares, com um currículo em que os assuntos profissionais ocupam setenta por cento do tempo de estudos com um 'ensino prático' rigoroso e absorvente com um regime disciplinar severo".

²⁹ MOTTA, Jehovah. *Op. cit.*, p.263.

³⁰ No Exército Brasileiro, a função de sargenteante é tradicionalmente exercida por um primeiro-sargento, escolhido dentre os sargentos mais antigos de uma companhia. A sua principal obrigação é auxiliar o capitão comandante de companhia nos assuntos de pessoal.

³¹ Nesse sentido, "enquadramento das turmas" significa conformá-las às normas e regulamentos da Instituição.

³² DENYS, Odylio. *Ciclo revolucionário brasileiro*: memórias, 5 de julho de 1922 a 31 de março de 1964. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1993. p. 27.

³³ ARARIPE, Tristão de Alencar. *Op. cit.*, p. 23.

³⁴ DENYS, Odylio. *Op. cit.*, 1993, p. 28.

³⁵ MARCUSSO, Marcus Fernandes. *Op. cit.*, p. 139.

³⁶ Relatório do Ministério da Guerra de 1919, p. 59.

³⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989, p.3-15. p. 9.

³⁸ Esse enquadramento da memória, como sugere Pollak (*Op. cit.*), além de servir como um referencial ao passado, evidência as disputas que surgem em torno da memória, assim como revela formas de manter a coesão de determinados grupos sociais.

³⁹ TREVISAN, Lauro. *Op. cit.*, p.139.

⁴⁰ LOTT, Henrique Batista Duffles Teixeira. *Henrique Batista Duffles Teixeira Lott* – entrevista. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1978. p. 26.

⁴¹ MARCUSSO, Marcus Fernandes. *Op. cit.*, p. 140.

⁴² SILVA, Helio. 1922: sangue na areia de Copacabana. Porto Alegre: L&PM, 2004. p. 31

⁴³ TÁVORA, Juarez. *Uma vida e muitas lutas: da planície à borda do altiplano*. 3. ed. 1. v. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973. p. 115.

⁴⁴ TÁVORA, Juarez. *Op. cit.*, p. 59.

⁴⁵ BLEY, João Punaro. *João Punaro Bley – entrevista*. CPDOC/FGV, Rio de Janeiro, 1982. p. 44.

⁴⁶ BLEY, João Punaro. Recordações de uma velha escola (1918-1920). *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, n. 666. p. 3-7. 1976. p. 3.

⁴⁷ Em seus relatos autobiográficos, Juarez Távora faz uma narrativa do quadro horário de trabalho seguido pela Escola Militar do Realengo em 1917. Trata-se de um quadro horário bastante semelhante ao quadro horário que seria implantado mais tarde pelo Regulamento de 1919, com pequenas alterações. Desta forma, parece ser inviável a observação de Bley que a Escola em 1918 seguisse horários de trabalho “anacrônicos” e “desajustados”. Cf. TÁVORA, Juarez. *Op. cit.*, 1976, p. 88.

⁴⁸ BLEY, João Punaro. *Op. cit.*, 1976, p.3.

⁴⁹ *Ibidem*.

⁵⁰ *Ibidem*.

⁵¹ BLEY, João Punaro. *Op. cit.*, 1982, p.44.

⁵² BLEY, João Punaro. *Op. cit.*, 1976, p.3.

⁵³ BARROS, João Alberto Lins de. *Memórias de um revolucionário*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1953. p. 16

⁵⁴ BLEY, João Punaro. *Op. cit.*, 1976, p.3.

⁵⁵ BLEY, João Punaro. *Op. cit.*, 1982, p.46.

⁵⁶ MOTTA, Jehovah. *Op. cit.*, p.263.

⁵⁷ O RISG amplamente empregado na Escola, durante a Missão Indígena, foi aprovado pelo Decreto nº 14.085, de 3 de março de 1920. Trazia em seu Art. 421, trinta e oito tipificações de transgressões disciplinares em que poderia incorrer o militar, indo desde “falta de preparo próprio”, “falta de dedicação ao serviço militar”, “falta de asseio pessoal” e “casar-se sem comunicar seu comandante imediato” até “ausentar-se sem permissão do quartel”, “participar de manifestações coletivas” e “confrontar verbalmente o seu superior hierárquico”. Já o Art. 424 apresentava os tipos de penas disciplinares, que mudavam, dependendo se o militar era oficial, aspirante a oficial, graduado ou soldado. Cf Regulamento da Instrução e dos Serviços Gerais, 1920, s.p.

⁵⁸ Segundo o General Macedo Soares, o jornal *O Imparcial* teria sido fundado pelo seu primo José Eduardo de Macedo Soares na, então, Capital Federal para apoiar Rui Barbosa em plena Campanha Civilista. Daí, talvez, o tom de crítica com que os assuntos militares eram tratados. Cf SILVA, Helio. *Op. cit.* p. 24.

⁵⁹ *O Imparcial*, 2 jun. 1919, p.2.

⁶⁰ Boletim Escolar da Escola Militar do Realengo, nº 138, 2 jun. 1919.

⁶¹ Termo elaborado por Celso Castro e que compreende os valores, atitudes e comportamentos adequados à vida militar, tais como disciplina, hierarquia, vigor físico, solidez moral, espírito de corpo e camaradagem que acabam condicionando tanto a sua vida profissional como a pessoal. Cf. CASTRO, Celso. *O espírito militar: um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p. 122ss.

⁶² Cabe lembrar que o fechamento da Escola Militar da Praia Vermelha, após o envolvimento dos alunos na Revolta da Vacina e a transferência do ensino militar para a Escola Militar do Realengo foi fortemente motivada pela tentativa de desvinculação física das instituições escolares do Exército em relação às agitações políticas do centro do Rio de Janeiro.

⁶³ CAMARGO, Aspásia; GÓES, Walder de. *Meio século de combate – Diálogo com Cordeiro de Farias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981. p. 71.

⁶⁴ MOTTA, Jehovah. *Op. cit.*, p.264.

⁶⁵ TREVISAN, Lauro. *Op. cit.*, p.139 e MOTTA, Jehovah. *Op. cit.*, p.264.

⁶⁶ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. Formação profissional e formação política na Escola Militar do Realengo. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, 2012, v. 32, n. 36, p. 281-299. p. 290.

⁶⁷ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. *Guardiões da nação: formação profissional, experiências compartilhadas e engajamento político dos generais de 1964*. 2006. 339 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre-RS, 2006. p. 90.

⁶⁸ ARAGÃO, Campos de. *Cadete do Realengo*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1958. p. 79, 82, 84

⁶⁹ *Ibidem*, p. 206.

⁷⁰ O Relatório do Ministro da Guerra de 1922, General Setembrino de Carvalho, apontou que a grande maioria dos alunos envolvidos no levante da EMR em 5 de julho foram desligados da Escola, sendo que apenas cinco concluíram o curso em diferentes Armas e foram declarados aspirantes a oficial. O Relatório aponta, ainda, que haviam iniciado o ano regularmente matriculados 666 alunos. Desses, somente 45 foram matriculados nos diversos cursos para o ano de 1923.

⁷¹ Alguns instrutores que integraram a Missão Indígena foram processados pela participação no movimento militar de 1922. Esses oficiais foram os Primeiros-Tenentes Odylio Denys, Arlindo Maurity da Cunha Menezes, Brasileiro Americano Freire, Illydio Rômulo Colônia, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, Cyro do Espírito Santo Cardoso, Aristóteles de Souza Dantas e Edmundo Macedo Soares e Silva. Cf RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 105. RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 105.

⁷² RODRIGUES, Fernando. *Op. cit.*, p. 105.

⁷³ Relatório do Ministro da Guerra, 1923, p.6.

⁷⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990. p. 133-134.

⁷⁵ Decreto nº 16.394, de 27 de fevereiro de 1924.